

Anexo I: Quadro de pessoal do Instituto Nacional de Segurança Social

Categoria	Equip. c/ Função Pública	Vagas	Nível de ref.	Requisito habilitacional
Director	Director	1	24	Licenciatura
Chefe de Departamento	Chefe de Departamento	2	22	Licenciatura
Actuário	Técnico Superior de 3.ª classe	1	21	Licenciatura
Jurista	Técnico Superior de 3.ª classe	1	20	Licenciatura
Sociólogo	Técnico Superior de 3.ª classe	1	20	Licenciatura
Informático	Técnico Superior de 3.ª classe	1	20	Licenciatura
Inspector	Técnico Superior de 3.ª classe	1	20	Licenciatura
Contabilista	Técnico Superior de 3.ª classe	1	20	Licenciatura
Gestor de Fundos	Técnico Superior de 3.ª classe	1	20	Licenciatura
Subinspector	Técnico de 3.ª classe	1	16	Curso superior que não confira o grau de licenciado
Técnico de Contabilidade	Técnico de 3.ª classe	2	16	Curso superior que não confira o grau de licenciado
Tesoureiro	Técnico de 3.ª classe	1	16	Curso superior que não confira o grau de licenciado
Técnico de atendimento	Técnico de 3.ª classe	1	16	Curso superior que não confira o grau de licenciado
Revisor	Técnico-adjunto de 3.ª classe	2	12	Curso técnico-profissional com a duração não inferior a 3 anos
Técnico de Pensões	Técnico-adjunto de 3.ª classe	3	12	Curso técnico-profissional com a duração não inferior a 3 anos
Chefe de Delegação	Técnico-adjunto de 3.ª classe	1	12	Curso técnico profissional com a duração não inferior a 3 anos
Secretária do Director	Técnico auxiliar de 3.ª classe	1	8	11.ª classe
Auxiliar de Registo	Técnico auxiliar de 3.ª classe	2	8	11.ª classe
Registador	Técnico auxiliar de 3.ª classe	3	8	11.ª classe
Técnico de Cálculo	Técnico auxiliar de 3.ª classe	2	8	11.ª classe
Auxiliar de Secretaria	Técnico auxiliar de 3.ª classe	1	8	11.ª classe
Fiscal	Técnico auxiliar de 3.ª classe	1	8	11.ª classe
Motorista	Motorista de ligeiros	1	3	6.ª classe e carta de condução
Encarregada de limpeza	Auxiliar técnico	4	1	6.ª classe

Despacho n.º 23/2011

Considerando a necessidade de se adoptar um Regulamento Interno para o Instituto Nacional de Segurança Social,

Nestes termos e ao abrigo do artigo 34.º do Estatuto Orgânico do Instituto Nacional de Segurança Social a Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais determina o seguinte:

Artigo Único

É aprovado o Regulamento Interno do Instituto Nacional de Segurança que é parte integrante do presente Despacho.

Gabinete da Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais em São Tomé, 18 de Março de 2011.

A Ministra, *Ângela dos Santos Ramos José da Costa Pinheiro*.

Regulamento Interno do Instituto Nacional de Segurança Social

Capítulo I
Disposições Preliminares

Artigo 1.º
Denominação, Natureza e Sede

1. O Instituto Nacional de Segurança Social, adiante designado por abreviação INSS, é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade e capacidade jurídicas próprias e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

2. O INSS tem a sua sede na Rua Engenheiro Salustino Graça em São Tomé, podendo criar em qualquer parte do território Nacional delegações e instalações que julgar necessárias à prossecução do seu objectivo.

Artigo 2.º
Visão

No exercício das suas funções, todos os funcionários do Instituto Nacional de Segurança Social devem actuar no sentido do Instituto ser reconhecido como uma entidade de referência na prestação de um serviço público eficiente, de qualidade e de proximidade, na promoção da coesão social.

Artigo 3.º
Valores

Enquanto pessoa colectiva de Direito Público o Instituto Nacional de Segurança Social prima pelos seguintes valores:

- a) Absoluto respeito pelos direitos, interesses e expectativas dos contribuintes e dos beneficiários,
- b) Cortesia, honestidade e respeito pela dignidade de todos os cidadãos,
- c) Não discriminação dos cidadãos, designadamente em função do género, nacionalidade, raça, religião ou condição física ou psíquica,
- d) Equidade social, ou seja, tratamento igual a situações iguais,
- e) Diferenciação positiva, ou seja, tratamento diferenciado a situações desiguais,
- f) Motivação e empenhamento dos colaboradores,
- g) Melhoria contínua,
- h) Preservação do meio ambiente.

Artigo 4.º
Objectivos do Instituto Nacional de Segurança Social

São objectivos gerais do Instituto Nacional de Segurança Social:

- a) Reforçar a protecção social,
- b) Aumentar o grau de cumprimento contributivo,
- c) Melhorar e uniformizar a qualidade do serviço,
- d) Aumentar a eficiência dos serviços.

Capítulo II
Organização e Distribuição dos Serviços

Artigo 5.º
Estrutura Orgânica

1. A administração geral do INSS está a cargo do Director, a quem compete o desenvolvimento de actividades orientadas para a planificação, reestruturação e a administração dos serviços, garantindo a aplicação da legislação específica.

2. Os serviços do Instituto Nacional de Segurança Social são assegurados pelas unidades orgânicas como a seguir se enumera:

- a) Conselho de Administração,
- b) Director,
- c) Conselho Consultivo,
- d) Departamento Administrativo e Financeiro,
- e) Departamento de Segurança Social,
- f) Gabinete Técnico de Estudo e Assessoria.

3. Em função da necessidade de especificação técnica os Departamentos são subdivididos em diferentes secções, a saber:

- a) Departamento Administrativo e Financeiro ✓ Secção de Secretaria-Geral, ✓ Secção de Contabilidade e Finanças.
- b) Departamento de Segurança Social ✓ Secção de Registo, ✓ Secção de Cálculo, ✓ Secção de Pensões.
- c) Gabinete Técnico de Estudo e Assessoria

Secção I
Natureza dos Departamentos

Artigo 6.º
Natureza do Departamento Administrativo e Financeiro

O Departamento Administrativo e Financeiro é, dentro das suas atribuições, o responsável pela organização, planificação, direcção e controlo administrativo, financeiro e contabilístico do INSS, a quem compete, entre outros, dirigir e controlar o funcionamento da Secretaria-Geral e da Secção de Contabilidade e Finanças.

Artigo 7.º
Natureza Departamento de Segurança Social

O Departamento de Segurança Social é o órgão do INSS com a incumbência de efectuar a inscrição e o registo dos beneficiários e das entidades empregadoras, bem como as contribuições pagas pelos mesmos e, calcular nos termos da Lei as prestações solicitadas ao INSS, integrando-se para tal pelas Secções de Pensões, de Registo e de Cálculo.

Artigo 8.º
Gabinete Técnico de Estudo e Assessoria

1. O Gabinete Técnico de Estudo e Assessoria é o órgão de estudos actuariais e legislativos, compilação de dados estatísticos, emissão de pareceres, realização de inquéritos, entre outros e, de formulação de políticas em matéria da protecção social contributiva, bem como a aplicação e rentabilização dos fundos da segurança social.

2. Para efeitos de retribuição e de outros privilégios, o chefe do Gabinete Técnico de Estudo e Assessoria é equiparado a Chefe de Departamento.

Secção II
Competências dos dirigentes do INSS

Artigo 9.º
Competências do Director do INSS

1. O Director é responsável pelo funcionamento do INSS, pela administração dos fundos postos à sua dispo-

sição para a realização dos planos do Instituto e pelo exercício das atribuições do INSS.

2. Compete ao Director do Instituto o seguinte:

- a) Dirigir e coordenar os serviços do Instituto, programar as respectivas acções e velar pelo seu bom funcionamento;
- b) Submeter à aprovação do Conselho de Administração o Plano Anual de Actividades e de Investimentos e promover a sua avaliação e correcção periódicas;
- c) Preparar e apresentar ao Conselho de Administração o Projecto de Orçamento da Segurança Social;
- d) Coordenar a elaboração do Relatório de Exercício e a Conta Anual do Instituto;
- e) Assegurar uma gestão financeira eficiente;
- f) Providenciar pela inscrição obrigatória de contribuintes e beneficiários do Sistema de Segurança Social;
- g) Conceder prestações da segurança social;
- h) Colaborar na organização de encontros nacionais e internacionais sobre a segurança social;
- i) Propor ao Conselho de Administração a constituição do Quadro de Pessoal do Instituto, suas alterações e correspondente tabela salarial;
- j) Proceder às admissões, exonerações, promoções e transferências do pessoal do Instituto em conformidade com o respectivo Estatuto de Pessoal,
- k) Exercer o poder disciplinar nos termos da Lei;
- l) Garantir a conservação do património do Instituto;
- m) Assegurar uma correcta gestão de stocks;
- n) Velar pelo cumprimento dos programas de Acção Social e assinar os acordos de cooperação com as instituições particulares de solidariedade social;
- o) Assegurar todas as demais funções de que sejam incumbidas pelo Conselho de Administração.

2. Compete, em especial ao Director do Instituto:

- a) Representar o Instituto em todos os actos de vida civil e assegurar a sua representação em juízo;
- b) Estabelecer todas as ligações necessárias entre os serviços do Instituto e o Conselho de Administração, assegurando o secretariado das reuniões do Conselho de Administração;
- c) Assegurar a coordenação das acções desenvolvidas pelas delegações, agências e representações locais;
- d) Passar certidões, designadamente as referentes à situação contributiva.

Artigo 10.º
Competências dos Chefes de Departamento

1. Os Chefes de Departamento acumulam funções administrativas com funções técnicas, sendo responsáveis:

- a) Pela organização dos arquivos do departamento;
- b) Pela manutenção da ordem e disciplina nos serviços sob a sua responsabilidade, velando para que os funcionários cumpram assídua e zelosamente os seus deveres e obrigações;
- c) Pela avaliação do desempenho dos funcionários afectos ao Departamento;
- d) Pela realização de tarefas orientadas pelo Director no âmbito dos instrumentos de gestão interna;
- e) Pela execução de todas outras tarefas que lhe sejam cometidas pelo Director ou por deliberação do Conselho de Administração.

2. O Chefe do Departamento Administrativo e Financeiro exerce, igualmente, no âmbito do Instituto e com as devidas adaptações as competências previstas no Decreto n.º 55/2009 para um Director de uma DAF ministerial.

Artigo 11.º
Atribuições das Secções

1. Compete, em especial, à Secção de Secretaria-Geral:

- a) Proceder a gestão de processos individuais dos recursos humanos afectos ao INSS;
- b) Organizar as correspondências e outros documentos relativos ao INSS;
- c) Providenciar o fornecimento e a aquisição de todos os bens necessários ao regular funcionamento dos serviços;
- d) Fornecer informações às demais unidades orgânicas do INSS e bem assim às entidades externas que as solicitem;
- e) Proceder à promoção publicitária do INSS.

2. Compete à Secção de Contabilidade e Finanças:

- a) Preparar e controlar a execução do orçamento do INSS;
- b) Preparar as estatísticas financeiras mensais e anuais (balanço e balancete);
- c) Manter organizado o inventário e elaborar a conta do exactor dos bens móveis existentes no INSS e manter devidamente escrutinado o respectivo livro;
- d) Proceder ao processamento do pagamento do pessoal;

- e) Controlar os fornecimentos e compras de aprovisionamento;

- f) Proceder à elaboração das facturas e participar no expediente bancário.

3. Compete ao Serviço de Fiscalização realizar acções proactivas e reactivas de verificação do cumprimento da legislação da segurança social no País, exercendo, em matéria de fiscalização, todas as competências previstas na Lei para o INSS.

4. Compete ao Gabinete Técnico de Estudos e Assessoria:

- a) Emitir pareceres sobre os diversos assuntos postos à sua consideração;
- b) Realizar estudos estatísticos, actuariais, de políticas em matéria da segurança social;
- c) Analisar os distintos cenários para a aplicação dos fundos da segurança social, propondo ao Instituto as modalidades a seguir nesta matéria,
- d) Assumir a condução de todas as acções de cooperação levadas a cabo pelo Instituto.

5. A Secção de Registos é responsável pela inscrição e registo dos contribuintes e beneficiários, bem como pelo lançamento de todas as informações constantes das folhas de remuneração remetidas ao Instituto.

6. Compete à Secção de Cálculos efectuar a determinação do valor de todas as prestações a serem concedidas pelo Instituto ao abrigo da Lei.

7. Compete à Secção de Pensões efectuar o pagamento mensal a todos os pensionistas do Instituto bem como manter actualizada a base de dados dos pensionistas, devendo para o efeito realizar as acções de prova de vida dos beneficiários e o levantamento de óbitos.

8. Além das funções previstas nos números anteriores, as secções devem realizar, igualmente, todas as outras tarefas orientadas pelos seus superiores hierárquicos.

Capítulo III
Do pessoal

Artigo 12.º
Distribuição

1. O pessoal do INSS distribui-se pelos seguintes quadros:

- a) Pessoal de Chefia;
- b) Pessoal Técnico;
- c) Pessoal Administrativo;
- d) Pessoal auxiliar.

2. Quando as necessidades de Serviço o determinem, poderão ser contratados fora dos quadros a que se refere

o número anterior, nos termos das disposições legais em vigor, técnicos ou outro pessoal de reconhecido mérito e especialização aos quais convenha recorrer para a realização de trabalhos específicos.

3. É de nomeação o pessoal dos quadros referidos no número 1 deste artigo.

Artigo 13.º
Outro Pessoal

Ao pessoal sem competências especiais definidas por Lei, caberá desempenhar as funções correspondentes aos seus cargos, e bem assim aquelas de que sejam encarregadas pelos respectivos superiores hierárquicos.

Capítulo IV
Dos Direitos e Deveres do Pessoal

Artigo 14.º
Privilégios e Incompatibilidades

1. Em função do legalmente estatuído, da situação económica e financeira do INSS e em estrito cumprimento do Orçamento, o Director do INSS tem os seguintes privilégios:

- a) Despesas de representação;
- b) Despesas de carácter reservado;
- c) Subsídio para o pagamento do consumo de água, energia eléctrica e telecomunicações;
- d) Combustíveis e lubrificantes para as viaturas de serviço e de função;
- e) Todos outros privilégios que venham a ser criados por Lei.

2. É interdita ao pessoal do INSS a participação em sociedades comerciais ou actividades cujo objecto concorra directamente com a instituição ou de algum modo colida com as funções de controlo e fiscalização por ela exercida.

Artigo 15.º
Retribuição

1. Os funcionários dos diversos quadros do INSS têm direito a salários correspondentes às respectivas categorias ou cargos, incluindo todos os subsídios a ele inerentes previstos no Estatuto dos Funcionários do INSS.

2. O valor dos subsídios a serem auferidos pelos dirigentes do Instituto é fixado pelo Conselho de Administração.

3. Os salários dos funcionários deverão ser ajustados sempre que por motivo de inflação ou desvalorização monetária se registar uma baixa de mais de 5% do valor real dos mesmos e em função da situação financeira da instituição e do País.

Artigo 16.º
Fundo Social

Os funcionários do INSS podem beneficiar de apoio financeiro do Fundo Social do Instituto nos termos do respectivo regulamento.

Artigo 17.º
Outros Abonos

1. O pessoal do INSS beneficia de todos os abonos previstos na Lei e nos regulamentos.

2. Em função do legalmente estatuído, da situação económica e financeira do INSS e do seu plano orçamental e contabilístico, este pode participar nos custos relativos a hospitalização interna, subsídio de bolso para evacuação, aquisição do bilhete de passagem aérea para deslocação do funcionário, seu cônjuge ou filho ou equiparado, ao exterior do País por motivo de doença com junta de saúde, nos termos a serem definidos por Despacho do Conselho de Administração.

3. Os funcionários do INSS têm o direito, mediante avaliação de desempenho, de receber um suplemento salarial no fim do ano cujo valor deve ser fixado pelo Conselho de Administração.

4. A atribuição de ajuda de custos com passagem é concedida quando não se verificar o pagamento por parte do Estado e obedece a seguinte critérios:

- a) Em 60% para o funcionário,
- b) Em 50% para o seu cônjuge,
- c) Em 30% para pais dependentes descendentes menores de primeiro grau em linha recta, bem como enteados menores que coabitem com o funcionário há mais de 5 anos.

5. Os funcionários reformados do INSS poderão beneficiar de uma pensão complementar em função do estatuído no Regulamento do Fundo Social, previsto no artigo 16.º do presente Regulamento Interno e nos termos a serem definidos em norma especial.

Capítulo V
Disposições Finais e Transitórias

Artigo 18.º
Contas Bancárias

1. O INSS está autorizado a abrir contas bancárias próprias em moeda nacional e estrangeira convertível.

2. A gestão e movimentação dessas contas são da responsabilidade do Director em conjunto com o responsável pelo pelouro Financeiro e o Tesoureiro.

3. Nos casos de ausência ou impedimento as pessoas previstas no número anterior serão substituídas pelos seus substitutos legais.

Artigo 19.º
Correspondências com Diversas Entidades

O Director do INSS pode no exercício das suas funções, corresponder com todas as entidades, organismos, órgãos, instituições, autoridades civis e militares, incluindo os Tribunais, os quais devem fornecer-lhe todas as informações por ele solicitadas, desde que relacionadas com matérias ou assuntos da competência do INSS.

Artigo 20.º
Competência Complementar

Ao pessoal com responsabilidade de chefia compete além das funções decorrentes das atribuições definidas no presente diploma todas as demais que por legislação complementar lhes sejam cometidas.

Artigo 21.º
Revogação

Ficam revogadas todas as disposições que contrariem o regime instituído pelo presente diploma.

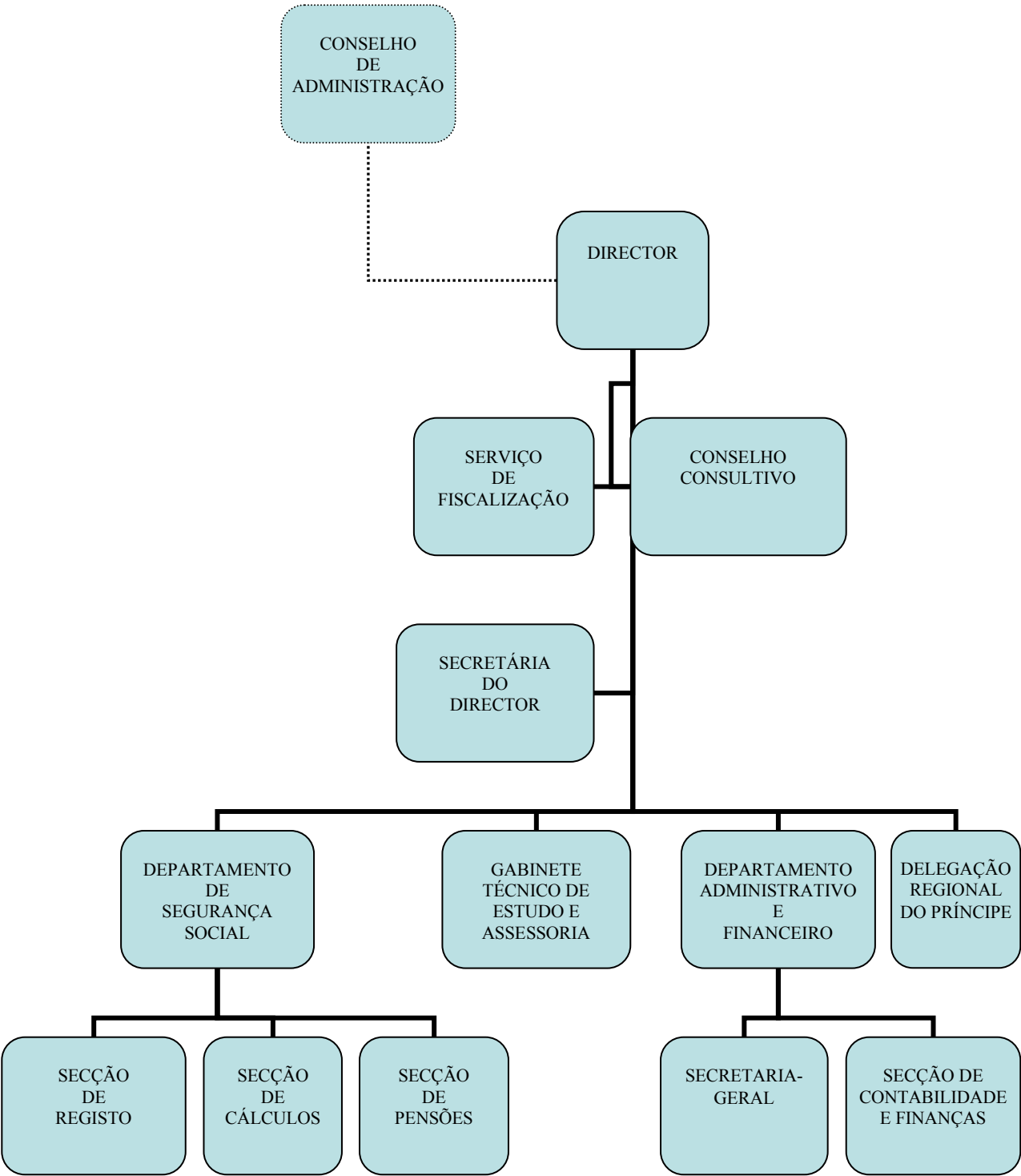
Artigo 22.º
Dúvidas e Omissões

As dúvidas e omissões que se suscitem na aplicação do presente diploma serão resolvidas e preenchidas por Despacho do Ministro de tutela mediante proposta do Conselho de Administração.

Artigo 23.º
Vigência

Este regulamento entra em vigor nos termos legais.

Anexo I: Organograma do Instituto Nacional de Segurança Social



DIÁRIO DA REPÚBLICA

AVISO

A correspondência respeitante à publicação de anúncios no *Diário da República*, a sua assinatura ou falta de remessa, deve ser dirigida ao Centro de Informática e Reprografia do Ministério da Justiça, Administração Pública, Reforma do Estado e Assuntos Parlamentares – Telefone: 2225693 - Caixa Postal n.º 901 – E-mail: cir@cstome.net São Tomé e Príncipe. - S.Tomé.